



Universidades Lusíada

Barros, Manuel Correia de

Angola, Portugal, Europa : um triângulo de sucesso?

<http://hdl.handle.net/11067/2481>

<https://doi.org/10.34628/eve5-sz59>

Metadados

Data de Publicação	2014
Resumo	Análise do ponto de vista angolano do triângulo estratégico Angola, União Europeia e Portugal....
Palavras Chave	Angola - Relações externas - Portugal, Portugal - Relações externas - Angola, Angola - Relações externas - Países da União Europeia, Países da União Europeia - Relações externas - Angola
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 10 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T01:58:36Z com informação proveniente do Repositório

ANGOLA, PORTUGAL, EUROPA: UM TRIÂNGULO DE SUCESSO?

Manuel Correia de Barros
mancobar62@yahoo.com

Resumo: Análise do ponto de vista angolano do triângulo estratégico Angola, União Europeia e Portugal.

Palavras-Chave: Triângulo estratégico, Angola, Portugal, União Europeia.

Abstract: An angolan point of view regarding the strategic triangle between Angola, Portugal and the European Union.

Keywords: Strategic triangle, Angola, Portugal, European Union.

AGRADECIMENTOS

Começaria por agradecer ao Magnífico Reitor da Universidade Lusíada de Lisboa, Prof. Doutor Diamantino Freitas Gomes Durão, e ao coordenador do CLIPIS, o Prof. Doutor José Francisco Zagalo Pavia, o honroso convite para participar nesta importante Conferência, sobre assunto actual e preocupante para os nossos países e povos.

Também o meu muito obrigado aos generais Mário Sá e Felisberto Njele e aos doutores Francisco Cruz e Jorge Cardoso, pela paciência em lerem os rascunhos deste documento e pelas sugestões e correcções que muito o melhoraram.

De seguida agradecer a minha mulher ao arranjar as condições necessárias para poder trabalhar sossegadamente e aos meus filhos mais pequenos ao imaginarem brincadeiras menos barulhentas que o normal.

Por último a todos os que tiveram a paciência de me ouvir ou ler o meu muito obrigado.

1. INTRODUÇÃO

Na *rationale* da Conferência aparecem três perguntas. Põe-se a hipótese de surgirem muitas mais e a Conferência pretende tentar responder a todas elas. Gostaria de dar um contributo valioso para esse fim, mas devo considerar que para algumas das enunciadas mais não posso do que levantar outras questões, a que outros poderão responder. Faço-o na condição de angolano e no considerar que essas perguntas são dirigidas aos outros vértices do triângulo, isto é a Portugal e à Europa. No entanto, vou considerar que a ordem das perguntas é aleatória e nessa base construir a minha palestra.

Responderei então à segunda pergunta: *“Será que Portugal pode ser a porta de entrada dos angolanos na Europa.”* Não sei se poderá ser, mas não tenho dúvida de que, neste momento, o é. Para melhor explicar esta minha ideia parece-me essencial voltar atrás alguns séculos e melhor perceber as actuais relações entre angolanos e portugueses.

Continuarei analisando então as realidades de hoje. Como o angolano vê e sente Portugal? Números, áreas de investimento e de interesse a nível empresarial mas também cultural, explicação de alguns problemas ainda existentes e a importância de uma parceria entre os dois países irmãos.

Seguem-se duas questões que me parecem importantes e sobre elas levanto algumas dúvidas sobre factos que me parecem poder colocar em perigo a ideia que levou à realização desta Conferência. A primeira refere-se ao interesse e à capacidade de Portugal poder desempenhar esse papel como elo de ligação entre Angola e a Europa. Já a segunda se debruça sobre o interesse da Europa em aceitar esse papel de Portugal.

Breves conclusões terminam o trabalho.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

Relações entre Portugal e Angola? Como foi? E como é? Relações que tiveram bons momentos, e também muitos maus momentos, mas que permitiram manter uma irmandade, solidariedade e compreensão mútua, esquecendo o mau passado e valorizando o bom.

Na verdade estes laços começaram por se estabelecer da maneira mais correcta e auspiciosa. Os primeiros contactos entre Portugal e o Reino do Congo, nos idos de 1482, constituíram uma surpresa para os portugueses. Na realidade *“os reinos africanos, como Benim e Congo, assemelhavam-se de muitas maneiras ao pequeno reino de Portugal; noutros aspectos [...] ultrapassavam o Portugal medieval [e assim] as primeiras iniciativas diplomáticas de Portugal junto dos reinos africanos foram menos motivadas pela magnanimidade que pelo respeito.”*¹ Daí as magníficas relações existentes entre os dois reinos e seus monarcas. A troca de presentes e de emissários era a norma. A Fé falava mais alto do que o Império.

Não esquecer que, nesta altura, o interesse de Portugal em África não pas-

¹ *“Angola sob o Domínio Português”*, Gerald J. Bender, Nzila, Luanda, 2004, pág. 58

sava das “aguadas” ou seja o abastecimento de produtos perecíveis e com limite de quantidade passível de serem embarcados, nas longas viagens para as Índias, onde comerciavam as especiarias que permitiam uma alimentação tragável, séculos antes do invento da refrigeração artificial, mas o conhecimento de outros povos, culturas e costumes não passava despercebido.

Mas logo de seguida, um facto novo veio atrapalhar estas magnificas relações, e nenhum dos dois monarcas, amigos e solidários, consegue impor a sua vontade, perante a ganância dos seus vassalos. O comércio de escravos suplanta tudo e destruíu o bom relacionamento entre os dois países. Entre “1506 e 1575 foram exportados 345.000 [escravos]. Inclusive muitos sacerdotes [...] entregaram-se à prática lucrativa de compra e venda de escravos.”²

O facto de Angola ter constituído, durante séculos, um local onde se depositavam os criminosos de Portugal e que estes constituíam a maioria da população branca, da qual os brancos livres e os negros tinham medo, impediu o seu desenvolvimento harmonioso.

A necessidade de alterar este estado de coisas levou ao aumento da deslocação de brancos “livres” para Angola. Para além da má fama que esse território tinha como “colónia penal”, as péssimas condições sanitárias e as doenças endémicas, especialmente mortíferas para os europeus, diminuía a vontade dos mais preparados de aceitarem esse convite. Assim a maioria dos novos colonos tinha uma escolaridade muito baixa. Isto levava a que muitos não tivessem condições para se afastar dos empregos mais baixos e das condições e locais de vida da população local. A mistura e a solidariedade eram inevitáveis. Obviamente que os apoiantes de um regime injusto e discriminatório continuavam a existir e se aparecesse a ocasião eram capazes dos crimes mais hediondos, como foi o rescaldado do 4 de Fevereiro de 1961.

E este pequeno historial leva-nos à descolonização resultante da luta dos povos africanos para a sua libertação e do 25 de Abril de 1974. A forma como foi levada a cabo, um típico produto da Guerra Fria, veio empurrar para Portugal centenas de milhares de filhos de Angola, fruto de ameaças inventadas, servindo os interesses, na altura, coincidentes das grandes potências – o esvaziar e o enfraquecer para mais facilmente dominar.

Assim “criou-se em Angola um ambiente de tal ordem que até o branco mais pobre que no interior do país ou na periferia das cidades tinha sempre vivido com a comunidade negra, se deixou contaminar pela histeria do medo sem razões válidas que o justificassem,”³ histeria essa que levava à “fuga a qualquer preço, que o estabelecimento de pontes aéreas e de carreiras marítimas levou ao paroxismo.”⁴ Nas pontes aéreas participaram para além de aviões portugueses, aviões da França, Alemanha Federal, RDA, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética. “Chegou a haver 15 voos diários para Lisboa. Só entre 1 de Agosto e 31 de Outubro calcula-se que foram

² Idem, pág. 60

³ “Um testemunho para a História de Angola”, Sócrates Dáskalos, Vega, Lisboa, 2000, pág. 180

⁴ Idem, idem

transportados 230.000 pessoas.”⁵

Uma descolonização exemplar, segundo alguns dos seus responsáveis portugueses, mas que muito prejudicou os novos países e os seus cidadãos. No caso de Angola, Portugal não cumpriu o seu papel de mediador, ou por incapacidade – não esqueçamos a célebre palavra de ordem “*nem mais um soldado para África*” – ou por alinhamento com um dos lados da Guerra Fria, o que me parece mais provável, tendo em conta a vergonha final de não deixarem representante para, pelo menos, levar a bandeira das quinas, arriada horas antes, em segredo e sem testemunhas. E não esquecer os cinco meses que levou a reconhecer o novo país.

Desde então as relações sofrem altos e baixos, normais nas relações entre dois Estados soberanos. Como também é normal, as divergências serem exploradas negativamente, por alguns meios de comunicação social, ao serviço de outros interesses e que disputam a liderança no maldizer e no denegrimento das instituições do outro país. Arvorando-se em defensores dos valores maiores dos seus países, das suas virtudes e bondade, e atirando para cima do outro os erros, os pecados e os crimes de que pretendem que os seus próprios países são imunes.

Qual o objectivo destas práticas? Acabar com uma cooperação baseada numa identidade e compreensão, que vem de uma ligação profunda, com fases de amor e de ódio, e que deve prevalecer para o bem e para o mal.

3. PORTUGAL COMO PORTA DE ENTRADA NA EUROPA: UMA VISÃO ANGOLANA

Assim chegamos à actualidade e se não sei se Portugal poderá ser a porta de entrada dos angolanos na Europa, e como disse no início, não tenho dúvida de que, neste momento, o é. Para isso basta analisar alguns índices, nomeadamente o da frequência de voos das companhias aéreas dos dois países, a TAAG e a TAP, e os índices de ocupação desses voos, em relação à sua totalidade, a partir de Angola para qualquer outro destino da Europa ou mesmo do mundo, apesar dos preços, às vezes proibitivos. Por exemplo a TAAG tem mais voos para Lisboa e Porto do que para todos os outros destinos na Europa somados.

O investimento angolano em Portugal é estimado em cerca de 2.6 mil milhões de euros, nas empresas cotadas em bolsa, e dizem rondar os 5 mil milhões de euros na totalidade das empresas portuguesas.⁶ Calculo que este número não inclui o investimento feito em imobiliário e em pequenas e médias empresas. Para alguns especialistas, este investimento deveria obedecer a uma estratégia de racionalidade económica, que deveria levar a investimentos “*em empresas de áreas como a têxtil, a agro-indústria e mesmo tecnológicas, com o duplo objectivo de aprendizagem e transferência tanto de conhecimento como inclusive de algumas fábricas.*”⁷ Tenho conhecimento que alguns o tentam começar a fazer.

No entanto, e para já o investimento de Angola em Portugal, como é natural passa pelos sectores que melhor servem os interesses dos seus investidores. Se é fácil de entender a aposta no sector da energia, a ligação a empresas experimen-

⁵ Idem, pág. 182

⁶ “*O Poder Angolano em Portugal*”, Celso Filipe, Planeta Manuscrito, 2013, pág. 89

⁷ Idem, idem

tadas na área da pesquisa, da produção e da distribuição, porque Angola é um grande produtor de energia, isto não significa que as apostas noutras vias também não tenham a sua explicação lógica.

É o caso da banca, compreensível se pensarmos no peso dos bancos portugueses no sistema financeiro em Angola, não esquecendo o grande peso que, ultimamente, Angola tem nos resultados desses mesmos bancos.

Falo também na aposta no sector das telecomunicações, dada a sua importância para o desenvolvimento do país, e a mais-valia que pode receber de um peso importante em empresas do ramo em Portugal, nomeadamente na transferência de *know-how*, tecnologia, formação técnica e outras.

A melhoria da imagem de Angola, perante a euforia militante e destruidora de alguns órgãos de comunicação social portuguesa, será a motivação do investimento em empresas do ramo. Este investimento que, simultaneamente, tem levado ao aumento do leque de informação disponível em Angola, ainda muito dominado pelo Estado e pelo partido maioritário.

Também os números, recentemente apresentados, sobre o turismo em Portugal, revelam que Angola é o seu quinto mercado mais importante e que *“na última década as despesas feitas por turistas angolanos em Portugal subiram 330%, passando dos 119.5 para 513.9 milhões de euros [...] a maior subida dos últimos dez anos.”*⁸

Não esquecer também os imensos laços familiares e culturais que continuam a existir entre os dois povos. Quantos angolanos de origem não ocupam lugares de relevo na política, na comunicação social, na diplomacia e noutros ramos da actividade pública em Portugal, para já não falar na actividade privada?

Quantos jovens angolanos não estudaram e estudam em Portugal, levando daqui uma formação de qualidade superior à da sua pátria, que luta ainda com problemas de melhoria do seu nível?

Haverá alguma ideia de quantos angolanos, de todas as idades, torcem pelos grandes do futebol em Portugal – o Benfica, o Porto e o Sporting, citados por ordem alfabética, para não ferir susceptibilidades, mas também pela Académica e pelo Belenenses?

E será possível medir a influência da música e da dança, de origem angolana, que marca a vida nocturna em Portugal? O assunto pode parecer desprezível, mas não deixa de ser cultura, e esta é, provavelmente, a mais profunda e mais difícil de apagar das ligações entre dois povos.

No entanto, estou bem consciente do que ainda está mal em Angola, e do quão complicado isto pode ser para um parceiro, mas tenho a noção absoluta, que a maioria dos grandes problemas – a pobreza, a desigualdade, a má governação, a corrupção, a demagogia, o eleitoralismo, e também outros derivados da pesada herança recebida, nomeadamente a burocracia, a pesadíssima legislação, a ineficiência da justiça, o demasiado peso da máquina do Estado, e outros – poderão e serão corrigidos. Não já, nem nos próximos dias, nem mesmo nos próximos meses, mas no tempo suficiente para que, sem conflitos, de forma a

⁸ *“Receitas do Turismo cada vez menos dependentes dos principais mercados europeus”*, Raquel Almeida Correia, in jornal Público, 04.03.2014

atingir o estágio que outros, alguns que se julgam nascidos com essas qualidades, demoraram séculos a alcançar.

Não se admirem portanto, quando colocamos dúvidas e preocupações sobre o que se está a passar, naqueles que gostaríamos de adoptar como exemplos para o futuro, e verificamos que afinal, nem tudo é tão cor-de-rosa como o pintam.

E tudo isto para tentar explicar o que o angolano pensa sobre Portugal. Não tenho dúvidas de que o pensamento é francamente positivo.

Como é normal com qualquer país, os interesses de Angola obrigam a apostar em várias parcerias estratégicas. As parcerias com os grandes são as mais importantes, mas para países emergentes, com atrasos enormes em áreas fundamentais, com imensas vulnerabilidades estruturais, parcerias com países, onde os seus interesses tenham mais peso e possam ser mais respeitados, são fundamentais, como alternativa e defesa contra os abusos normais daqueles que, por serem grandes, estão habituados e convencidos de que são sempre vencedores e que as maiores vantagens devem ficar sempre do seu lado.

Por todas estas razões me parece que a parceria com Portugal é importantíssima. O profundo conhecimento mútuo permite, com alguma facilidade, resolver as quezílias, ou makas como dizemos em Angola, que possam surgir no dia-a-dia da parceria, e se essa parceria permitir uma melhor aproximação a um dos grandes do mundo, ainda mais importante ela se torna. Sendo assim não tenho dúvida de que Portugal pode ser a porta de entrada de Angola para a Europa.

Coloco então a primeira pergunta a que me referi no início. Terá Portugal interesse e capacidade para jogar esse papel?

4. INTERESSES E CAPACIDADE DE PORTUGAL EM JOGAR ESSE PAPEL

Portugal, porta de entrada para a Europa? Há muitos séculos, já o foi, mas a expulsão dos judeus por D. Manuel I, ainda que contra a sua vontade, levou à deslocação dessa facilidade para o norte da Europa, para a Holanda e Alemanha. Erro estratégico com repercussões até aos dias de hoje, apesar de todas as vantagens da situação estratégica que os portos de Portugal têm, para os outros continentes, em relação aos do norte da Europa.

Sines é uma óptima aposta, mas a falta de uma ligação ferroviária, em bitola europeia, tira-lhe uma vantagem fundamental, na concorrência com outros, há muito mais avançados e próximos do destino final. Será este problema resolvido nos próximos tempos? Não me parece.

Mas claro que há outras portas de entrada, mais imateriais, não dependentes de bitolas, mas não menos importantes. Como dito anteriormente Angola tem apostado bastante nessas vias.

Mas como é normal na escolha de parceiros, o conhecimento do outro é muito importante. Neste caso, alguns problemas em Portugal são susceptíveis de poder alterar este estado de coisas. Alguns conhecemos bem, porque nos são comuns e porque fazem parte do nosso dia-a-dia, mas que deveríamos considerar como ultrapassados em Portugal, se atendermos às críticas que permanentemente daqui nos chegam sobre o nosso atraso democrático.

Começaria pelo colocar em segundo plano os interesses nacionais, e dei-

xá-los ultrapassar pelo clientelismo partidário, pelas promessas eleitorais sem qualquer possibilidade de serem cumpridas, enganando sistemática e permanentemente os eleitores, e deixando para segundo plano, o que é essencial e mais ainda o que é inevitável vir a acontecer, por não haver soluções mágicas para problemas que se arrastam e necessitam do apoio esclarecido de todos.

As próximas eleições europeias vieram mostrar outro perigo. A escolha dos candidatos às listas para as próximas eleições, e a prioridade dada a profissionais do aparelho partidário, em detrimento daqueles que melhor podiam defender os interesses nacionais e europeus. Mas também a forma como a campanha eleitoral é conduzida, em que se fala de tudo, menos da Europa que se pretende, de como a defender e melhorá-la. E naturalmente também nada ouvimos sobre os parceiros e de como serão defendidos nesse fórum.

Haverá interesse por parte de Portugal em ser a porta de entrada de Angola na Europa? Não serei a pessoa ideal para responder a esta pergunta, mas na minha modesta opinião acho que sim. Portugal sempre foi um país periférico da Europa, mas foi o precursor da abertura de novos mundos à Europa, até então fechada em si própria. Não só através da visão de um seu príncipe, do pioneirismo dos seus navegadores, dos conhecimentos dos seus cientistas, e da capacidade negociadora dos seus diplomatas, como ficou visível no processo que deu origem ao Tratado das Tordesilhas.

Mas também uma imensa capacidade para o imprevisto e um jeito inato para encontrar soluções inéditas para resolver problemas complicados. Começando com um rei a bater na sua mãe, um aio e família de corda ao pescoço, apresentando-se em casa do inimigo, para desculpar um erro do seu Senhor; o inventar armas não usuais mas eficazes, como a pá do forno, em Aljubarrota, a defenestração, em 1640, e os cravos, no 25 de Abril, e com elas resolver o conflito da altura; o de transferir a capital do seu Reino para outro continente, para evitar ficar refém de invasores; e por fim o resolver a ditadura de décadas com uma queda de cadeira providencial.

E isto apesar dos seus defeitos congénitos, como é o desprezo pela poupança, o gosto pelo show-off, um jeito obsessivo por destruir o que está bem; como o fez com as especiarias do Oriente, criando aquilo que Camões chamou de “*apagada e vil tristeza*”; mais tarde com as riquezas do Brasil; e ultimamente com os fundos comunitários da Europa.

A situação actual poderá ser resolvida como propõem os setenta signatários do recente Manifesto; ou pela saída do euro, como proposto por outros; ou por mais trinta anos de dificuldades, como avisa o Presidente da República portuguesa; ou talvez por mais uma solução inédita em que Portugal é especialista? Não sei, mas esta é uma preocupação que, naturalmente, aflige o parceiro angolano.

Estará a Europa interessada no papel de Portugal na sua ligação a Angola? Esta a segunda questão que coloco.

5. ESTARÁ A EUROPA INTERESSADA EM TER PORTUGAL COMO INTERMEDIÁRIO?

Ao olharmos para a Europa de hoje muitas preocupações se nos colocam, muitas dúvidas nos assaltam. Aquilo que há uns anos parecia ser a solução ideal para um continente que passara grande parte da sua vida em conflitos e guerras, que culminaram no século passado, com duas guerras mundiais, com milhões de mortos e a destruição de inúmeros países, ao reunirem os inimigos de ontem e ao paulatinamente irem criando uma comunidade económica, e que já evoluíra para uma quase união, mostrava aos povos e países de África, que o futuro podia ser risonho, se conseguissem criar algo de semelhante. Mas de repente uma crise financeira, nascida no exterior da Europa, veio mostrar o quanto estávamos iludidos.

Diz um recente ensaio do *The Economist* que a UE não é “*um exemplo de democracia. A decisão de introduzir o euro em 1990 foi tomada maioritariamente por tecnocratas [...] Os esforços para ganhar apoio popular para o Tratado de Lisboa, que consolidava o poder de Bruxelas, foram abandonados quando os povos começaram a votar ao contrário.*”⁹ Outros afirmam que “*a participação dos povos das nações europeias foi e é persistentemente posta à margem de todas as decisões importantes no âmbito da União Europeia.*”¹⁰ Como defender um parceiro externo numa instituição que assim funciona?

Mas o eleitoralismo também aí faz estragos. No mesmo estudo do *Economist* se fala dessa pecha. “*Governos democráticos entraram no hábito de manterem grandes défices estruturais como um assunto corriqueiro, pedindo empréstimos para entregar aos votantes o que eles querem a curto prazo, enquanto negligenciam o investimento a longo prazo. [...] A crise financeira expôs completamente a insustentabilidade dessa democracia financiada por dívidas.*”¹¹

Mas na Europa cresce também a desigualdade entre a Europa rica e a Europa pobre, ou mais correctamente, a Europa menos rica. De facto, como diz o professor Adriano Moreira, também “*porque a complexa organização não consegue definir um conceito estratégico, e nesta data vê insuficientemente respeitado os princípios fundamentais da solidariedade.*”¹² Se a solidariedade não é respeitada quando um país está em dificuldades, será que ela funciona em condições normais e se cheira a lucros?

A recente crise na Ucrânia veio realçar outro dos grandes problemas da Europa, apesar de o mesmo ter sido levantado inicialmente com a crise do euro – os interesses nacionais minam a Europa. Segundo o conhecido analista do *Financial Times*, Wolfgang Münchau, as duas situações “*revelaram o âmago desta falha: os interesses dos 28 estados membros não estão alinhados. Muito esforço é feito para tentar mascarar esta falha imaginando acordos com nomes pomposos.*”¹³ E estarão alinhados para aceitar as parcerias de um dos seus pequenos membros?

⁹ “*What’s gone wrong with democracy?*” *The Economist*, 01.03.2014

¹⁰ “*A Europa que nunca se debate*”, José Pacheco Pereira, in *Público*, 01.03.2014

¹¹ Artigo do *Economist* citado

¹² “*A Fragmentação*”, Adriano Moreira, in *Diário de Notícias*, 04.03.2014

¹³ “*Once again national interests undermine Europe*”, Wolfgang Münchau, in *The Financial Times*, 09.03.2014

Um aspecto, também ligado aos nacionalismos crescentes, que causa alguma apreensão é o da descrença crescente sobre as virtudes da democracia. Não só a proliferação de partidos extremistas, em alguns países europeus, como a Grécia, França e Grã-Bretanha, que só por si são um mal menor, mas também porque, em alguns casos, esse mal se começa a notar em partidos do centro, centro-direita e centro-esquerda. Em artigo recente o Prof. João Carlos Espada aprofunda este problema ao dizer que *“à direita, a descrença democrática está em regra associada à alegada falta de eficácia da democracia. Reformas entendidas como tecnicamente indispensáveis encontram obstáculos eleitorais ou jurídicos.”*¹⁴

Mas também *“à esquerda, as razões tendem a ser simétricas. Reformas tecnicamente justificadas são acusadas de servirem interesses obscuros – de direita, ou dos banqueiros, ou dos «poderosos».”*¹⁵

E conclui que só *“a democracia resolve esse conflito através de [...] eleições livres, liberdade de expressão, separação de poderes, governo de maioria e direitos das minorias.”*¹⁶

Na realidade, sem democracia não haverá Europa comunitária. E sem esta como funcionarão as parcerias com terceiros?

6. CONCLUSÕES

Por tudo o que foi dito e ainda que colocadas duas importantes perguntas, para as quais não tenho resposta, gostaria de acabar, dizendo que apesar dos obstáculos que se apresentam para o futuro do triângulo que estamos estudando, e sendo eu um optimista, acho que Portugal e Angola têm muito a ganhar com a sua parceria, sendo ou não Portugal a porta de entrada para a Europa.

É bom não esquecer que tratando-se de um triângulo, a ligação de qualquer vértice a outro é sempre directo mas a ligação através de outro vértice é sempre mais longa, e a tentação do tomar o caminho mais curto é grande e não deixa de ser também legítima.

O problema é então tornar, esse mais longo caminho, mais fácil, agradável e vantajoso do que o outro. É claro que o vértice intermédio tem um papel mais importante e decisivo, tanto no avanço como numa, sempre possível, resposta negativa do vértice que se pretende alcançar.

No caso presente o vértice intermédio é Portugal. Vai ou não utilizar o seu jeito inato para soluções inéditas ou vai continuar a olhar para o lado e deixar perder uma óptima oportunidade?

É verdade que muito passa por Angola. *“Ser rico não significa criar riqueza e este último propósito deve ser o objectivo do poder angolano. Se assim for, estão criadas as condições para um duradouro casamento de conveniência, com a vantagem de as duas partes até gostarem uma da outra.”*¹⁷ Como escrevi há tempos no “Público”: *“assim vai funcionar por muita areia que queiram colocar nesse caminho. Portugal e Angola, portugueses e angolanos merecem-no e só têm a ganhar com isso.”*¹⁸

¹⁴ “O fim da era das transições democráticas?” João Carlos Espada, in Público, 24.02.2014

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Celso Filipe, op. cit. pág. 128

¹⁸ “Mais pecadilho que pecado original”, Público, 22.10.2013

Os dois países vão levar a bom porto este desafio, aproveitando todos os seus benefícios ou, como dizemos em Angola, vão desconseguir? Só o tempo o dirá, dependendo da vontade das lideranças de ambos os países...